

Autorização concedida pelo autor Richardson Thomas da Silva Moraes a Biblioteca Central da Universidade de Brasília para disponibilizar a obra, gratuitamente, de acordo com a licença conforme permissões assinaladas, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da obra, a partir desta data. A obra continua protegida por Direito Autoral e/ou por outras leis aplicáveis. Qualquer uso da obra que não o autorizado sob esta licença ou pela legislação autoral é proibido.

Referência

MORAES, Richardson Thomas da Silva; RIBEIRO, Ana Amélia de Paula Moura. Vale do São Patrício: prelúdio e inconsistências à beira da estrada das onças. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 6., 2021, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, 2021. p. 1796-1812. Disponível em: http://enanparq2020.com.br/wp-content/uploads/2021/11/14-07_-EIXO-3_-DIAGRAMAC%CC%A7A%CC%83O-ENANPARQ-FN-2.pdf. Acesso em: 31 maio 2023.

VALE DO SÃO PATRÍCIO: PRELÚDIO E INCONSISTÊNCIAS À BEIRA DA ESTRADA DAS ONÇAS

*SAINT PATRICK VALLEY: PRELUDE AND
INCONSISTENCIES ON JAGUAR'S ROADSIDE*

*VALLE DE SAN PATRICIO: PRELUDIO Y INCONSISTENCIA
AL BORDE DE LA CARRETERA DEL JAGUAR*

EIXO TEMÁTICO: HISTÓRIA, HISTORIOGRAFIA E CRÍTICA

MORAES, Richardson Thomas da Silva

Mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo PPG-FAU-UnB
richardson-thomas@hotmail.com

RIBEIRO, Ana Amélia de Paula Moura

Doutora em Arquitetura e Urbanismo; Professora da FAU do Centro Universitário de
Anápolis – UniEVANGÉLICA e da Universidade Estadual de Goiás – UEG
anadepaulamoura@hotmail.com

RESUMO

Esse artigo, integrante de um estudo mais aprofundado e em desenvolvimento a respeito da Marcha para o Oeste (1938), traz um vislumbre da conformação da região compreendida como Vale do São Patrício, em Goiás. A pesquisa parte de fontes primárias pesquisadas em arquivos das cidades componentes da região e de literatura específica, contudo, fragmentada, com intuito de reunir tais dados, revelar os antecedentes, os anos preliminares, suas inconsistências e modernidades desenvolvidas à beira da conhecida popularmente como Estrada das Onças (atual BR-153). Desenvolvida a partir da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) no ano de 1941, a região compreendida como Vale do São Patrício atraiu grandes levas de lavradores, progredindo a ocupação das terras do centro goiano, e propagando os ideais de desenvolvimentismo e integração nacional da época, compondo-se de cidades novas e de uma hierarquia urbana e social codependentes. Além disso, nela se destaca a atuação de Bernardo Sayão, engenheiro agrônomo e administrador da CANG, uma figura intrínseca à memória do Brasil Central, de forma até mitológica, como também à rodovia Belém/Brasília.

PALAVRAS-CHAVE: vale do são patrício. marcha para o oeste. cidades novas. colônia agrícola nacional. goiás.

ABSTRACT

This article, part of a further and in progress study about the March to the West (1938), provides a glimpse of the conformation of the region comprehended as Saint Patrick Valley, in Goiás. The resource begins from primary sources that were surveyed in files from the component cities of the zone and fragmented specific literature, in order to gather data, reveal the background, the preliminary years, its inconsistencies and modernities developed on the side of the popular known as Jaguar Road (current BR-153). Developed from Goiás' National Agricultural Colony (CANG) in 1941, the region comprehended as Saint Patrick Valley attracted large waves of farmers, progressing land occupation in goiano center, disseminating the ideals of developmentalism and national integration of this time, composed by new cities and a new codependent social and urban hierarchy. Moreover, in it, the performance of the agronomist and administrator of CANG, Bernardo Sayão, stands out. He is an intrinsic figure to the memory of Brazilian central, even mythologically, and to the highway Belém/Brasília.

KEYWORDS: saint patrick valley. march to the west. new cities. national agricultural colony. goiás.

RESUMEN

Este artículo, integrante de un estudio más profundado y en desenvolvimiento al respecto de la Marcha para el oeste (1938), trae un vislumbre de la conformación de la región comprendida como Valle de San Patricio, en Goiás. La investigación parte de fuentes primarias investigadas en archivos de las ciudades componentes de la región y de la literatura específica, con todo, fragmentada, con la intuición de reunir tales datos, revelar os antecedentes, los anos preliminares, sus inconsistencias y modernidades desenvueltas Al borde de la conocida popularmente como carretera del Jaguar (actual BR-153). Desenvuelta a partir de la Colonia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) en el ano de 1941, la región comprendida como Valle de San Patricio atrajo grandes niveles de agricultores, progresando la ocupación de las tierras del centro goiano, y propagando los ideales de desenvolvimiento y integración nacional de la época, componiendo de ciudades nuevas y de una jerarquía urbana y social codependientes. Además, en ella se destaca la actuación de Bernardo Savão, ingeniero agrónomo y administrador de la CANG, una figura intrínseca a la memoria del Brasil Central, de forma hasta mitológico, como también a la carretera Belem/Brasilia.

PALABRAS-CLAVE: valle de san patricio. marcha para el oeste. ciudades nuevas. colonia agrícola nacional. goiás.

INTRODUÇÃO: A CONQUISTA DOS SERTÕES

A exploração aurífera no estado de Goiás, marca uma das primeiras etapas de colonização da hinterlândia brasileira. Contudo, as políticas desenvolvimentistas e de integração nacional — propagadas, principalmente, no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e de Juscelino Kubitschek (1956-1961) — foram o que de fato propiciaram o seu desenvolvimento urbano. Tais eventos, conhecidos e alvos de extensos estudos, possibilitaram a disposição das cidades em grupos além dos limites das classificadas micro e mesorregiões. Entretanto, ainda é inconcluso na historiografia o caminho trilhado para o fichamento de alguns conjuntos de grande importância urbanística e econômica do antigo Mato Grosso Goiano — o Vale do São Patrício. Assim, esse trabalho traça um breve histórico da formação de seu território e o progresso obtido durante as medidas de interiorização do país, buscando fragmentos, novas pistas e valores, com o intuito de suscitar uma narrativa epistemológica acerca da conformação da área.

Nascida do ventre da “Marcha para o Oeste” (1938) durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945), a área se desenvolveu como um grande celeiro a céu aberto, serviu de apoio para a construção de Goiânia e Brasília e se tornou uma das centralidades do estado goiano por seu empreendedorismo de pequeno a grande porte. Ênfase no setor agrícola e

pecuária. O programa se origina em mais uma tentativa de ocupação do sertão brasileiro, de centralização do poder e de acordos geopolíticos internacionais, de desenvolvimento econômico, social e das cidades através da industrialização. Realidade empreendida por agentes políticos, técnicos e desbravadores que assumiram a missão de, literalmente, abrir caminho ao progresso — entrando para a história como figuras quase folclóricas. Além disso, a região também se beneficia das medidas juscelinistas com a construção da rodovia BR-153, advinda da operação Brasília e do Plano de Metas de Kubitschek (1956-1961), considerada uma “Nova Marcha para Oeste”.

Para esmiuçar as cidades e entender a estruturação que compõe o Vale, o trabalho faz uso do atlas. Atlas como forma de pensar e fazer história (TREVISAN, 2018 e 2019). Pensar objetiva ou erráticamente por caminhos incertos, pela imaginação, de modo improvisado e/ou pensar o objeto a fim de relacioná-lo sob nova perspectiva. Pensar e fazer por Atlas retira o objeto de sua inércia, permitindo entendê-lo e reescrever narrativas. Nesse sentido, as cidades da região serão brevemente despidas com intuito de compreender sua origem, codependência urbana e planos, tencionando-as com pistas do elemento nomeador e categorizador da região que permeia sua história.

Morfológicamente, parte pelos caminhos da formação do território urbano do Brasil, revisitando os estigmas da colonização do estado e o modelo econômico agroexportador, passando às mudanças políticas e econômicas durante a década de 1930 até meados do ano 1961. Desse contexto prévio, destacam-se personagens essenciais que possibilitaram e concretizaram as metas de desenvolvimento de pequenos povoados às cidades. Uma atenção especial é dada a figura de Bernardo Sayão e às características geomorfológicas da área. Por fim, dissecaremos as inconsistências de dados do Vale e sua construção identitária, atrelada ao desenvolvimento da CANG — e suas cidades à beira da “Estrada das onças” —, que ao longo dos anos apoiou a construção de duas capitais — Goiânia e Brasília —, garantiu a conclusão de planos e se deixou persuadir pelos ideais do homem moderno.

OS NOVOS CAMINHOS E A MARCHA PARA O OESTE

Em seu prelúdio, e pelo litoral, as terras brasileiras foram ocupadas e serviam à Metrópole portuguesa como uma fonte de abastecimento de matérias-primas. Nesse contexto, os assentamentos urbanos funcionavam como pontos de distribuição e troca de materiais, armazenagem, importação e exportação, dava apoio à produção agrícola e mineradora e era onde os aparelhos burocráticos do Estado se localizavam (REIS FILHO, 1970). Essa realidade marcada pela monocultura, pelos latifúndios e pautada numa mão de obra escrava, caracteriza a ocupação territorial do Brasil. Uma ocupação advinda de

uma estrutura colonial de exploração unilateral e de trabalho compulsório que acarretou numa disseminação heterogênea, que não compunha uma rede de povoados, vilas e cidades interligadas em seu território, salvaguarda em algumas e poucas regiões (LACERDA; TREVISAN 2018). Esse cenário se altera somente com a divisão social do trabalho, no final do século XIX, impulsionando a urbanização do território brasileiro.

Em 1889, com a Proclamação da República, os processos de modernização urbana são incorporados à agenda política numa perspectiva de se desvincular de seu passado colonial, fazendo uso dos conceitos de ordem, progresso, civilização, sanitarismo, higienismo, melhoramento e embelezamento para concluir essa meta (VILLAÇA, 1999). Nesse contexto ocorre intervenções em espaços intraurbanos, processos de expansões de povoados e de cidades já existentes, conferindo-lhes uma nova identidade como cidades novas^[1] de expansão (LACERDA; TREVISAN 2018). O território brasileiro se adensa através de novos núcleos, os projetos de cidades novas se tornam mais frequentes e extrapolam os limites dos estados das oligarquias paulistas e mineiras, fomentadas por ações de colonização e ocupação territorial e pelas economias agrárias da pequena propriedade — implantadas ao longo das estradas de ferro e criadas num intuito de especular terras agrícolas e loteamentos urbanos próximos às linhas rumo ao oeste, centro-oeste e sul do país.

Contudo, é no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que essas ações se potencializam, consolidando um poder nacional, autoritário e centralizador. Para Vargas, o Brasil deveria passar por um processo de urbanização, mas sem ignorar os projetos de apoio à população. “Modernizar o Brasil seria não apenas direcionar os investimentos nos transportes, na saúde e na educação, era preciso também reunir todos os territórios, controlá-los de maneira a ser possível unir a população com vistas à segurança nacional” (ARRAIS, 2016, p.4). Nesse cenário, há a entrada dos Estados Unidos da América (EUA) na Segunda Guerra Mundial em 1941, demandando uma aliança estratégica que resulta nos “Acordos de Washington”. Nessa aliança fica acordado apoio geopolítico aos EUA com fornecimento de borracha, riquezas do nosso subsolo (minerais como bauxita, berilo,

[1] O conceito de Cidade Nova, desenvolvido por Trevisan (2009), constitui-se de núcleos urbanos: 1) empreendidos pelo desejo do poder público e/ou da iniciativa privada e concretizado em ações específicas; 2) buscando atender, ao menos de início, a uma ou mais funções dominantes; 3) implantados num sítio previamente escolhido; 4) a partir de um projeto urbanístico; 5) elaborado e/ou desenvolvido por agente definido – eventualmente profissional habilitado; e 6) em um limite temporal determinado, implicando inclusive em um momento de fundação razoavelmente preciso. Estes são seis atributos que definem o DNA de uma cidade nova, utilizados para identificar os exemplares ao longo dos tempos.

cromita, etc) e o uso das bases brasileiras militares no Nordeste. Em troca o Brasil recebe financiamento norte-americano para consolidar suas Forças Armadas e implementar o desenvolvimento econômico por meio da industrialização.



Figura 1: Cartaz do programa Marcha para Oeste. Fonte: Memorial da Democracia.

Para assegurar e proteger as terras brasileiras era imprescindível ocupar e povoá-las. Isso também garantiria a obtenção de mais matéria-prima e exploração de terras provedoras de energia. O sertão passaria a integrar o processo de desenvolvimento de cidades e indústrias, mas isso só seria possível se todas as regiões estivessem interligadas. Assim, durante o Estado Novo (1938-1945), Vargas discursa aludindo ao progresso:

Marchamos para um futuro diverso do que conhecíamos em matéria de organização econômica, social e política. Os velhos sistemas e fórmulas antiquados entraram em declínio. Não é, porém como pretendem os pessimistas e os conservadores empedernidos, o fim da civilização, mas o início tumultuado e fecundo de uma nova era. (Getúlio Vargas apud CAPELATO, 2009, p. 146).

E implementa a Marcha para o Oeste em 1938 (Figura 1) dizendo:

[...] a civilização brasileira, a mercê dos fatores geológicos, estendeu-se no sentido da longitude, ocupando o vasto litoral, onde se localizavam os centros principais de atividade, riqueza e vida. Mais do que uma simples imagem, é uma realidade urgente e necessária galgar a montanha, transpor os planaltos e expandir-nos no sentido das latitudes. Retomando a trilha dos pioneiros que plantaram no coração do Continente, em vigorosa e épica arremetida, os marcos das fronteiras territoriais, precisamos de novo suprimir os obstáculos, encurtar as distâncias, abrir e estender as fronteiras econômicas, consolidando, definitivamente, os alicerces da Nação. O verdadeiro sentido de brasilidade é a Marcha para o Oeste. No século XVII, de lá jorrou o caudal de ouro que transbordou na Europa e fez da América o Continente das cobiças e tentativas aventurosas. E lá teremos de ir buscar: dos vales férteis e vastos, o produto das culturas variadas e fartas; das entranhas da terra, o metal com que forjar os instrumentos de nossa defesa e do nosso progresso industrial [...]. (Getúlio Vargas apud NEIVA, 1942, s/p).

Deste modo, através do nacionalismo e de um líder carismático, a Marcha também serviu para mascarar os conflitos sociais e criar um clima de euforia e cuidado com a população. O Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) reforça o imaginário da sociedade brasileira diante do mito da unidade territorial, por meio de símbolos e aliada à criação de órgãos e ministérios, que possibilitariam maior alcance geográfico de penetração do território, tornando possível a campanha destinada a desbravar e colonizar o sertão. “A arrancada foi auxiliada por ações públicas como a Expedição Roncador-Xingu e a Fundação Brasil Central; por projetos específicos como as rodovias de integração

nacional Belém-Brasília” (TREVISAN, 2009, p.196), que continua no governo de Juscelino Kubitschek e transpassa o regime militar.

VALE DO SÃO PATRÍCIO: PRELÚDIO

O povoamento da região do Vale do São Patrício se inicia com a Corrida do Ouro em 1726, desenvolvendo caminhos, vilas coloniais e arraiais de médio e pequeno porte de exploração (Figura 2). O ouro em Goiás era escasso e encontrado em maiores quantidades nos leitos dos rios (aluvião). Contudo, em alguns pontos de drenagem ocorreram também a extração do ouro de filões (encontrado em veios de quartzo ou de outras rochas auríferas). Neste contexto, destacam-se os arraiais: do Córrego de Jaraguá, Pilar, Guarinos, Santa Rita e o de Lavrinhas. O primeiro se expande e chega à categoria de vila, pertencendo ao julgado de Meia Ponte (atual Pirenópolis), já os demais permanecem como pequenos arraiais correspondentes à capital Villa Boa (atual Cidade de Goiás). A disposição destes povoados confabulou caminhos que asseguraram o deslocamento de minérios, manufaturas e pecuária. Tudo isso baseado numa força de trabalho compulsória, que em alguns momentos se rebelaram, culminando na formação de comunidades quilombolas de resistência — como a comunidade quilombola de Porto Leocárdio, em São Luiz do Norte; de Papuã, originando Pilar de Goiás; Pombal, em Santa Rita do Novo Destino; e de Volta Grande, em Barro Alto).

Durante anos, o rio das Almas se constitui, para alguns assentamentos, como uma das principais rotas para o sudeste com destino a comercialização dos produtos obtidos das safras de cereais, engenhos e pequenos produtores rurais. Caminhos interligando fazendas ao rio transpassaram a antiga Estrada Real, onde famílias de lavradores foram se apossando, originando povoados e mais tarde cidades como a estrada de Nortelândia, que ligava a região de Lavrinhas de São Sebastião (local de extração de ouro) e o rio das Almas à fazenda da família Broch (região da atual cidade de São Luiz do Norte).

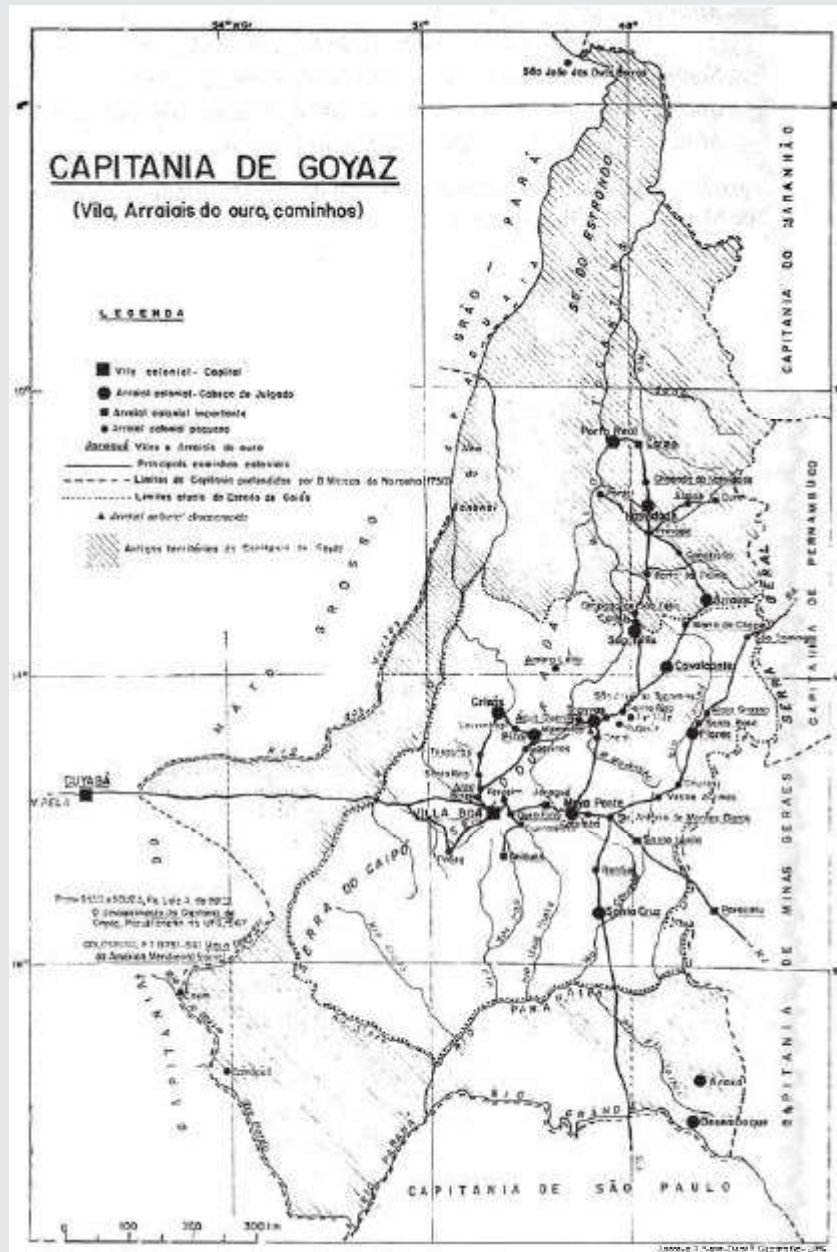


Figura 2: Mapa da Capitania de Goyaz. Fonte: Palacín; Garcia; Amado (1995, p.44).

Contudo, é com a propaganda de terras férteis, de prosperidade e de preços baixos, vinculadas ao imaginário popular de símbolos nacionais da Marcha para o Oeste que a região do Vale se desenvolve. Em 1941 é criada a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Decreto nº 6.882, de 19 de fevereiro de 1941), originando a cidade nova de Ceres (Figura 3), formulada pelo engenheiro agrônomo, carioca e administrador da CANG, Bernardo Sayão. Sayão foi igualmente responsável pela construção da rodovia Belém/Brasília (BR-153), chegando a falecer durante sua realização, vitimado por uma árvore que caiu sobre si em Açailândia, no Pará, em janeiro de 1959. O desbravador afirmava: “Não estou aqui só para plantar milho e arroz. Ceres é ponto de apoio para abrir estrada até Belém do Pará” (NEIVA, 1984, p.106). É nesse bojo sertanejo, realizado como uma etapa preliminar de ocupação da Amazônia, que a fragmentada região do VSP é tecida e entra na corrida pela modernidade.



Figura 3: Mapa da “Marcha para Oeste”. Fonte: Museu da Fotografia Documental.

AS INCONSISTÊNCIAS À MARGEM DA BR-153

Além da dificuldade em encontrar conteúdos relacionados a área, ainda há uma divergência de dados no que se faz referência ao número exato de municípios que compõem o Vale do São Patrício, variando de 14 a 25 cidades (Figura 04), sendo elas, em ordem alfabética: Barro Alto, Carmo do Rio Verde, Ceres, Goianésia, Guaraíta, Guarinos, Hidrolina, Ipiranga de Goiás, Itapaci, Itapuranga, Jaraguá, Jesúpolis, Morro Agudo de Goiás, Nova América, Nova Glória, Pilar de Goiás, Rialma, Rianápolis, Rubiataba, São Francisco de Goiás, Santa Isabel, Santa Rita do Novo Destino, São Luiz do Norte, São Patrício e Uruana. Todas elas pertencem a convenção geopolítica da mesorregião Centro de Goiás. Essa convenção é subdividida em 18 outras microrregiões. A maior parte das cidades pertencem a microrregião de Ceres, sendo Jaraguá, Jesúpolis e São Francisco de Goiás as únicas da microrregião de Anápolis neste recorte. Um conjunto que varia em origem dos assentamentos como indígenas, Itapaci e Jaraguá, movidos por um ato de fé como Itapuranga e Hidrolina, à características viáveis para agropecuária como Uruana e Santa Isabel; número de habitantes (59.549 em Goianésia e 2.356 em Morro Agudo de Goiás); extensões geográficas — Barro Alto com 1.093,248 km² e Guaraíta com 205,307 km²; e em denominações tipo. Um arcabouço com vai de cidades polo como Ceres à cidades muito pequenas como Jesúpolis, por exemplo.

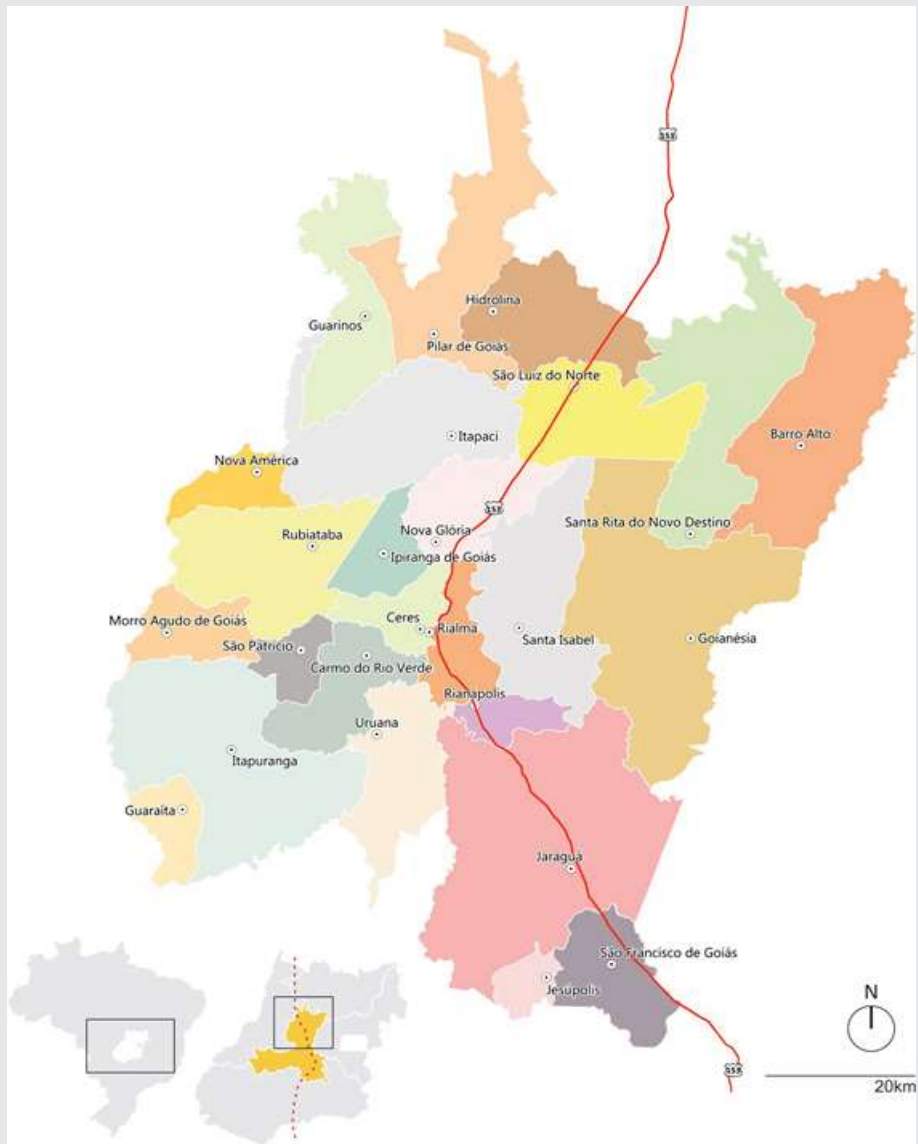


Figura 4: Mapa contextualização geográfica – Mesorregião Centro Goiano (Cidades do Vale do São Patrício). Fonte: Elaboração do Autor a partir do IBGE e Instituto Mauro Borges / Segplan - GO. Gerência de Cartografia e Geoprocessamento, 2019.

Ademais, não é conhecido se o quadro socioespacial dessas cidades se deu por alguma convenção específica e inerente durante a ocupação pela iniciativa governamental e algumas particulares e/ou mesmo pela conjuntura da exploração aurífera anos antes. Fatos que provavelmente influenciam a maneira como estas se relacionam na atualidade, sendo Ceres, Barro Alto, Goianésia e Jaraguá as cidades que detêm o maior poder no Vale, no que tange os atendimentos na área da saúde, a mineração (níquel), a produção sucroalcooleira e as confecções, respectivamente.

Assim como a criação de Rialma, na margem oposta do Rio das Almas, se deu como forma de abstração daquilo tido como proibido por Sayão — bebidas, prostituição e jogos — na colônia agrícola de Ceres (TREVISAN, 2009, p.67-68), afere-se a constituição de outras cidades ao seu redor. Desenvolvidas por sua inserção, como esteios, como núcleos de imigrantes — que vieram em busca da prosperidade e de lotes de terras ofertados pela CANG (variavam de 26 a 32 hectares) —, em detrimento do desenvolvimento industrial proposto pela Marcha, pelos Acordos de Washington e também pela abertura da rodovia BR-153 (um dos trechos do “cruzeiro rodoviário” juscelinista, “composto pelas rodovias Belém/Brasília (2.000 km), Acre/Brasília (2.500 km), Fortaleza/Brasília (1.500 km), Belo Horizonte/Brasília (700 km) e Goiânia/Brasília (200 km)” (MOREIRA, 2008, p.176)).

Nessa leitura, surge Rianópolis como um improvisado campo de aviação; Nova Glória a partir de assentamento de imigrantes, em sua maioria mineiros, mas também de outros países; Ipiranga de Goiás, sob administração de Datis Lima de Oliva, reforçando o viés agrícola. À primeira vista é notório a conformação da maior parte dessas cidades como cidades espontâneas, a partir de um elemento não urbano (igreja); de uma vila; do desejo do homem num local onde não há nada ou somente poucas habitações. Qualificando-se, algumas, também, como cidade ex nihilo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A MODERNIDADE E COMPOSIÇÃO DE UM GRUPO

Ao longo do século XX, a presença de cidades novas na história do urbanismo brasileiro, marca o processo de construção de um Brasil urbano. É incontestável o progresso da região do Vale do São Patrício durante a Marcha para o Oeste de Vargas e a implementação da operação Brasília de Kubitschek. A composição da ideologia do “homem moderno” e a construção do “cruzeiro rodoviário” foram, evidentemente, cruciais para o desenvolvimento goiano, aliadas a um ideal nacionalista, ao saber técnico e ao saneamento das cidades. Influenciando na composição da arquitetura das primeiras casas da capital do estado, Goiânia, com tipologias que reverberam pelas cidades do interior, se aproximando das Casas-Tipo para Operários e Casas-Tipo para Funcionários, classificação usada e especificada por Moura (2013). Contudo, elas se apresentam nas cidades do

Vale com uma tipologia ainda mais simples, mas há a presença dos alpendres e detalhes decorativos nas fachadas que marcam a busca e influência do período pelo ser moderno.

A associação entre as cidades do Vale, à primeira vista remete ao corpo d'água do Rio São Patrício, mas nem ele e muito menos sua mata e serra são compartilhados ou se insere nas fronteiras do grupo de cidades. Segundo Dos Santos (2005, p.132), Zoroastro Artiaga afirma que o rio foi batizado assim por volta de 1733, por dois portugueses da ordem dos franciscanos que vieram trabalhar na região, induzindo o nome à área por volta de 1800. Em vista disso, mas não se detendo apenas a fé, a ligação entre as cidades parece se estabelecer — mesmo nas relações econômicas e político-sociais — quase que genealógica. Tendo a cidade nova de Ceres ora como raiz, tronco ou ramificação de seu desenvolvimento, em seu ápice. Frutos de uma partenogênese e/ou crossovers urbanos.

Para Le Goff (2013, p.435), a memória é um elemento essencial do que se acostuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. E nesse contexto, nada mais justo questionar e aproximar, mesmo que brevemente, pontos que compõe a índole da região tida como celeiro a céu aberto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Nair Leal de. **História e histórias da CANG: Meu rincão por adoção**. Goiânia: Kelps, 1990.

_____. Reforma Agrária: **Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)**. 2ª ed. Goiânia: Kelps, 2006.

ARRAIS, Matheus Eurich. **A Marcha para o Oeste e o Estado Novo: A conquista dos sertões**. Artigo (Graduação em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

COELHO, Gustavo. **Arquitetura da mineração em Goiás**. 2ª ed. Goiânia: Editora Trilhas Urbanas, 2007.

COSTA, Lucas Felício. **Poder, memória e estigmas: Pontes entre Ceres e Rialma**. Dissertação (Mestrado em Projeto e Cidade) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

DAYRELL, Eliane Garcindo. **A Colônia Agrícola de Goiás: Análise de uma política de expansão para o oeste**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1978.

DUTRA E SILVA, Sandro. **No Oeste, a terra e o céu: A expansão da fronteira agrícola no Brasil central**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Maud, 2017.

DOS SANTOS, Dominique Vieira Coelho. Quem Foi São Patrício? Uma Reflexão sobre algumas Representações acerca deste Santo. **Brathair-Revista de estudos Celtas e Germânicos**, v. 5, n. 1, pp. 128-140, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão territorial brasileira 2002**. Rio de Janeiro, 2002.

INSTITUTO MAURO BORGES DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (IMB). **Goiás em dados 2011**. Goiânia, 2011.

LACERDA, Larissa Alves; TREVISAN, Ricardo. Aragarças no Brasil Central: Modernidades pré-Brasília. **Anais do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo ENANPARQ**. Salvador: FAUFBA, 2018. pp. 2687-2710.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: EDUSP, 1980.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada**: Goiânia, Brasília e Palmas. Goiânia: EDUCG, 2003.

MORAES, Richardson Thomas da Silva; RIBEIRO, Ana Amélia de Paula Moura. As potencialidades para além do aço: O patrimônio industrial nas cidades do interior de Goiás. Um estudo de caso na cidade de São Luiz do Norte/GO. **Anais do 3º Simpósio Científico do ICOMOS Brasil**. Belo Horizonte: Even3, 2018.

_____. A documentação como suporte de resgate e preservação da memória arquitetônica e urbana em São Luiz do Norte, Goiás. **Anais do 6º Seminário Ibero-americano de Arquitetura e Documentação**. Belo Horizonte: Even3, 2019.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: [FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (org.)]. **Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 155-194.

MOURA, Ana Amélia de Paula. Arquitetura residencial em Goiânia (1935-1940): Uma metodologia de inventário de conhecimento a partir do estudo de fontes documentais. **Anais do 3º Seminário Ibero-Americano de Arquitetura e Documentação**. Belo Horizonte: Even3, 2013.

MUSEU DA FOTOGRAFIA DOCUMENTAL. **A Marcha para o Oeste**. Disponível em: <http://www.mfds.mus.br/pt/a-marcha-para-o-oeste/>. Acesso em: março de 2020.

NEIVA, Arthur Hehl. "Getúlio Vargas e o problema da imigração e da colonização". **Revista de Imigração e Colonização**. Rio de Janeiro, Ano 3, N.1, abril de 1942. s/p.

PALACÍN, Luis; GARCIA, Leônidas Franco; AMADO, Janaína. **História de Goiás em documentos**: I. Colônia. Goiânia: UFG, 1995.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para oeste**: A influência da "bandeira" na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1959.

SILVA, Ana Lúcia da. **A revolução de 30 em Goiás**. Goiânia: Cãnone Editorial e Agepel, 2001.

TEIXEIRA NETO, Antônio. Como surgiram os municípios goiano-tocantinenses. In: [PEREIRA, Aidenor Aires; BRITO, Elizabeth Abreu Caldeira; CAPEL, Heloisa Selma

Fernandes (org.). **Goiás e a vinda da família real para o Brasil: 200 anos**. Goiânia: Kelps, 2009. pp. 15-136.

TERRAS INDÍGENAS NO BRASIL. **Terra Indígena Carretão I**. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3642#direitos>. Acesso em: abril de 2020.

TREVISAN, Ricardo. **Cidades Novas**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

_____. Pensar por atlas. In: [JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.)]. **Nebulosas do Pensamento Urbanístico: Tomo I – modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018. Pp. 46-69

_____. Fazer por atlas. In: [JACQUES, Paola Berenstein; PEREIRA, Margareth da Silva (org.)]. **Nebulosas do Pensamento Urbanístico: Tomo II – modos de fazer**. Salvador: EDUFBA, 2019. Pp. 152-223.